



Coleção Fórum  
JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA  
DE DIREITO PROCESSUAL

FRANCESCO CONTE

Apresentação  
Luiz Fux

Prefácio  
Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

## A GÊNESE ILÓGICA DA SENTENÇA CIVIL

INTUIÇÃO, SENTIMENTO E EMOÇÃO  
NO ATO DE JULGAR

1

“Francesco Conte, de forma original e ousada, dissecou o ‘mito da neutralidade axiológica do juiz’ e evidencia o modo pelo qual elementos como (i) a intuição, (ii) os sentimentos internos, (iii) a emoção, (iv) a ideologia, (v) o padrão de recrutamento profissional, (vi) a trajetória de vida e até mesmo (vii) o sentimento da sociedade podem influenciar o processo de construção de decisões judiciais.

Por certo, a densidade acadêmico-intelectual deste livro é uma marca que impressionará o leitor. É que Francesco não se contenta em apenas apresentar evidências empíricas sobre o psiquismo (consciente e inconsciente) do juiz ou refletir, por meio de abordagem instrumental e interdisciplinar, a respeito dos impactos que essas constatações trazem para a teoria e a prática do Direito. Se essas já seriam *per se* contribuições valiosas, adiante: o autor vai além.”

**Luiz Fux**

“Não conheço, na literatura jurídica mundial, um autor que tenha abordado o tema, de forma interdisciplinar, com a profundidade e a completude que Conte imprimiu à sua obra, recheada de opulentas notas bibliográficas de praticamente todos os autores que examinaram algum aspecto da arte de julgar.

O autor conseguiu esmiuçar o momento tão difícil e apaixonante no qual o juiz forma o seu convencimento e julga a causa.

Para tanto, a pena do jurista Francesco Conte percorre um caminho inusitado, ao examinar o que se passa na mente do juiz no ato de julgar em sentido estrito, com as influências e conformações inerentes à sua própria dimensão humana.”

**Paulo Cezar Pinheiro Carneiro**

**Área específica**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**Áreas afins**

PSICOLOGIA, PSICANÁLISE, FILOSOFIA,  
SOCIOLOGIA, POLÍTICA

**Público-alvo/consumidores**

MAGISTRADOS, MEMBROS DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO E DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS,  
ADVOGADOS E ESTUDANTES, NOTADAMENTE  
EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO

**FORMATO:** 17 x 24 cm

**CÓDIGO:** 10001692

C761g

Conte, Francesco

A gênese ilógica da sentença civil: intuição, sentimento e emoção no ato de julgar / Francesco Conte.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

670p.; 17cm x 24cm

Coleção Fórum José Carlos Barbosa Moreira de Direito Processual, v. 1.

ISBN: 978-85-450-0739-5

1. Direito Processual Civil. 2. Psicologia. 3. Psicanálise. I. Título.

CDD 341.4

CDU 347.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CONTE, Francesco. *A gênese ilógica da sentença civil: intuição, sentimento e emoção no ato de julgar*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 670p. (Coleção Fórum José Carlos Barbosa Moreira de Direito Processual, v. 1.). ISBN 978-85-450-0739-5.

## FRANCESCO CONTE

Graduado pela Faculdade de Direito da UERJ (1980). Mestre e Doutor em Direito Processual pela UERJ. Ex-Procurador-Geral do Estado do Rio de Janeiro. Advogado no Estado do Rio de Janeiro.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
Luiz Fux.....	15
PREFÁCIO	
Paulo Cezar Pinheiro Carneiro .....	17
NOTA DO AUTOR.....	19
INTRODUÇÃO .....	21
CAPÍTULO 1	
O SUBSTRATO TEÓRICO DO TEMA .....	29
1.1 Intuicionismo: a intuição como base do processo cognitivo .....	29
1.1.1 A intuição emocional (fundamental de duração) de Bergson .....	42
1.1.2 A intuição mística de Spinoza.....	56
1.1.3 A intuição volitiva de Dilthey .....	69
1.1.4 A intuição fenomenológica (intelectual) de Husserl.....	75
1.2 Sentimentalismo construtivo de Jesse Prinz .....	84
1.2.1 Os sentimentos são a base para os juízos de valor.....	89
1.2.2 Os sentimentos criam a moral no espaço-tempo.....	102
1.3 Emotivismo .....	107
CAPÍTULO 2	
SEGUE O SUBSTRATO TEÓRICO DO TEMA.....	123
2.1 Racionalismo jurídico.....	123
2.1.1 Considerações introdutórias .....	123
2.1.2 A perda de prestígio da teoria do silogismo judicial: atividade dedutiva ou de subsunção na aplicação da norma ao fato .....	133
2.1.3 O problema da (ir)racionalidade do juízo na Teoria da Decisão Judicial.....	139
2.2 Determinadas correntes teóricas sobre a decisão judicial.....	146
2.2.1 Realismo e pragmatismo jurídicos .....	154
2.2.2 A teoria estruturante da norma jurídica de Friedrich Müller .....	178
CAPÍTULO 3	
INTERDISCIPLINARIDADE: A NOVA FRONTEIRA DO DIREITO.....	183
3.1 Interdisciplinaridade e cultura.....	183
3.2 A regra de ouro da interdisciplinaridade e o fenômeno jurídico .....	191
3.3 A revolta contra o formalismo jurídico.....	214
3.4 A visão instrumental do processo .....	236
CAPÍTULO 4	
INTUIÇÃO COMO MÉTODO IDÔNEO NO DIREITO .....	249
4.1 Percepção, inconsciência e consciência.....	249
4.2 Intuição: o olfato do coração.....	274
4.3 O nosso conceito (sincrético) de intuição .....	279
4.4 A intuição e o direito: uma nova forma de caminhar .....	288
CAPÍTULO 5	
EMOÇÃO E SENTIMENTO.....	299
5.1 Emoção e sentimento: variações sobre o mesmo tema? .....	299
5.2 A superação do duelo epistemológico entre razão e emoção/sentimento do juiz .....	311

5.3	A extrema sensibilidade do juiz às angústias dos litigantes e a inteligência espiritual.....	323
5.4	Equidade: caminho para o interior profundo e sentimento íntimo de justiça .....	347
CAPÍTULO 6		
	COMO SE FORMA A DECISÃO JUDICIAL?.....	363
6.1	A irrefreável ingerência do psiquismo do juiz na conformação do <i>decisum</i> .....	363
6.2	A intuição na determinação da hipótese de julgamento.....	374
6.3	Sentença e sentimento: expressões do sentir do juiz.....	379
6.4	A importância da emoção no ato de julgar .....	395
6.5	Juízo e silogismo: natureza inventiva e irracional versus caráter demonstrativo e racional .....	405
6.6	A problemática da formação da deliberação no julgamento colegiado .....	433
CAPÍTULO 7		
	A CONCEPÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA COMO UMA INSTÂNCIA POLÍTICA .....	441
7.1	O mito da neutralidade axiológica do juiz.....	441
7.2	O problema da independência do juiz à luz de sua responsabilidade social.....	449
7.3	A certeza do Direito e o papel político do juiz: ideologias e sua (inexorável) influência sobre a psique humana.....	459
7.4	Sobre o recrutamento e o desenvolvimento (funcional e pessoal) dos juízes: o papel das escolas de magistratura .....	486
CAPÍTULO 8		
	EXAME DO PROBLEMA AO ÂNGULO DA IMPARCIALIDADE DO JUIZ .....	501
8.1	A garantia fundamental da imparcialidade do juiz no âmbito do processo justo .....	501
8.2	O contraditório como direito de influir na formação intelectual da convicção do juiz e o seu sentimento.....	513
8.3	A regra técnica da livre convicção motivada .....	521
8.4	O juiz pode ser indiferente ao “sentimento da sociedade”? .....	535
CAPÍTULO 9		
	ESTADO CONSTITUCIONAL E DEMOCRÁTICO DE DIREITO: DEVER DE JUSTIFICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE “RACIONALIZAÇÃO” DA FORMAÇÃO DA SENTENÇA .....	545
9.1	Contexto de descoberta da decisão e contexto de justificação ou controle .....	545
9.2	A motivação jurídica como passaporte entre a gênese irracional do <i>decisum</i> e sua dimensão de racionalidade e de controlabilidade, endo e extraprocessual .....	561
9.3	A motivação jurídica da sentença como ferramenta de controle sobre a imparcialidade do juiz.....	584
9.4	A racionalidade argumentativa da motivação como inestimável fator de legitimação da função jurisdicional .....	588
	CONCLUSÃO .....	599
	REFERÊNCIAS.....	603